



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2018, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco S.A., com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 3.489 grupos de consórcios em andamento, com 1.443.669 cotas ativas e 1.543.473 bens entregues.

No semestre a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 618.417 mil, correspondente a R\$ 206,44 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 6.150.848 mil, Ativos Totais de R\$ 6.947.566 mil e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 902.128 mil, com crescimento 1,5% em relação ao semestre findo em 31 de dezembro de 2017.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 25 de julho de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

	30.6.2018	31.12.2017
ATIVO		
CIRCULANTE	6.888.729	5.283.789
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	6.815.971	5.227.227
Carteira Própria	6.815.971	5.227.227
OUTROS CRÉDITOS	72.721	56.536
Rendas a Receber	3	23
Créditos Específicos (Nota 7a)	33.460	26.640
Diversos (Nota 7b)	39.258	29.873
OUTROS VALORES E BENS	37	26
Despesas Antecipadas	37	26
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	35.154	1.110.835
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	-	1.095.344
Carteira Própria	-	1.095.344
OUTROS CRÉDITOS	35.135	15.491
Diversos (Nota 7b)	35.135	15.491
OUTROS VALORES E BENS	19	-
Despesas Antecipadas	19	-
PERMANENTE	23.683	26.503
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1	1
Outros Investimentos	312	312
Provisões para Perdas	(311)	(311)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	1.098	933
Outras Imobilizações de Uso	3.329	3.089
Depreciações Acumuladas	(2.231)	(2.156)
INTANGÍVEL (Nota 10)	22.584	25.569
Ativos Intangíveis	69.278	66.418
Amortização Acumulada	(46.694)	(40.849)
TOTAL	6.947.566	6.421.127

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil

	1º Semestre 2018	2º Semestre 2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	186.949	218.910
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	186.949	218.910
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	186.949	218.910
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	746.186	723.920
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 14)	902.128	888.819
Despesas de Pessoal (Nota 15)	(19.271)	(18.029)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(25.221)	(38.142)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(125.995)	(111.799)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	52.308	51.340
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(37.763)	(48.269)
RESULTADO OPERACIONAL	933.135	942.830
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	132	293
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	933.267	943.123
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 24a e b)	(314.850)	(310.759)
Provisão para Imposto de Renda	(231.753)	(225.898)
Provisão para Contribuição Social	(85.130)	(87.088)
Ativo Fiscal Diferido	2.033	2.227
LUCRO LÍQUIDO	618.417	632.364
Número de cotas (Nota 13a)	2.995.573.884	2.995.573.884
Lucro por lote de mil cotas em R\$	206,44	211,10

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	1º Semestre 2018	2º Semestre 2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	933.267	943.123
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	5.856	6.753
Depreciações e Amortizações	5.920	5.770
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	3.601	983
Outros	(3.665)	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	939.123	949.876
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(457.483)	(758.882)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(33.826)	22.228
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	6.918	(1.434)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(415.390)	(155.059)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	39.342	56.729
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	(36.242)	(44.538)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(240)	(316)
Alienação de Imobilizado de Uso	-	7
Aquisição de Intangível	(2.860)	(1.360)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(39.342)	(46.207)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos Pagos	-	(10.522)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	(10.522)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	-	-
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em Reais mil

	30.6.2018	31.12.2017
ATIVO		
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	16.804.591	16.101.702
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 21)	7.369.415	6.917.006
Aplicações Financeiras	1.206.955	1.080.289
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	6.162.460	5.836.717
OUTROS CRÉDITOS	9.435.176	9.184.696
Direitos junto a Consorciados Contemplados	9.401.947	9.153.548
Normais	9.142.419	8.905.060
Em Atraso	61.782	48.865
Em Cobrança Judicial	197.746	199.623
Bens Retomados	33.229	31.148
COMPENSAÇÃO	57.840.692	58.221.330
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	648.493	633.191
Contribuições Devidas ao Grupo	30.638.913	30.776.291
Valor dos Bens a Contemplar	26.553.286	26.811.848
TOTAL	74.645.283	74.323.032
PASSIVO	30.6.2018	31.12.2017
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	16.804.591	16.101.702
Obrigações com Consorciados	5.969.468	5.848.238
Valores a Repassar	129.934	122.305
Obrigações por Contemplações a Entregar	6.162.460	5.836.717
Recursos a Devolver a Consorciados	3.242.492	3.002.693
Recursos dos Grupos	1.300.237	1.291.749
COMPENSAÇÃO	57.840.692	58.221.330
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	648.493	633.191
Obrigações do Grupo por Contribuições	30.638.913	30.776.291
Obrigações por Futuras Contemplações	26.553.286	26.811.848
TOTAL	74.645.283	74.323.032

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição"), é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO
As demonstrações contábeis da Bradesco Consórcios foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e, estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.956/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e, normas específicas para empresas administradoras de consórcios, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco Consórcios evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de julho de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários
• Títulos para negociação - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

f) Ativos circulante e realizável a longo prazo
São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).

g) Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

h) Investimentos
São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

i) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

j) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.

• Software

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.

m) Impostos e contribuições

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

• Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.

• Outros créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

• Passivo circulante

I. Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II. Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.

III. Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

IV. Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V. Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

• Contas de compensação

I. Previsão Mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados
Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

II. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

III. Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	30.6.2018					31.12.2017				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	
Títulos para negociação (3)	1.576.376	122.050	48.111	3.938.173	5.684.710	5.684.710	-	5.227.127	-	
Letras financeiras do tesouro	644.398	120.634	3.334	3.699.590	4.467.956	4.467.956	-	3.261.278	-	
Debêntures	-	49	-	9.271	9.320	9.320	-	10.831	-	
Letras do tesouro nacional	147.149	244	293	5.221	152.907	152.907	-	251.386	-	
Notas do tesouro nacional	783.570	-	683	586	784.839	784.839	-	1.513.744	-	
Letras financeiras	244	1.123	43.801	223.505	268.673	268.673	-	188.224	-	
Outras	1.015	-	-	-	1.015	1.015	-	1.864	-	
Títulos disponíveis para venda (4)	-	-	1.131.261	-	1.131.261	1.131.309	(48)	1.095.344	309	
Letras financeiras	-	-	1.131.261	-	1.131.261	1.131.309	(48)	1.095.344	309	
Total em 2018	1.576.376	122.050	1179.372	3.938.173	6.815.971	6.816.019	(48)	6.322.571	309	
Total em 2017	1.720.243	387.926	185.850	4.028.552						

- (1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação de categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do semestre a Bradesco Consórcios possuía R\$ 5.684.710 mil (31 de dezembro de 2017 - R\$ 5.227.227 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;
- (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;
- (3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e
- (4) Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	1º Semestre 2018	2º Semestre 2017
Rendimentos de renda fixa	36.275	44.537
Rendimentos de aplicações em fundos de investimentos	186.949	218.910
Total	223.224	263.447

d) Nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Bradesco Consórcios não operou com instrumentos financeiros derivativos.

7) OUTROS CRÉDITOS

a) Específicos

	R\$ mil	
	30.6.2018	31.12.2017
Valores pendentes - Cobrança Judicial	30.975	24.483
Bens retomados após encerramento do grupo	2.485	2.157
Total	33.460	26.640

b) Diversos

	R\$ mil	
	30.6.2018	31.12.2017
Pagamentos a serem ressarcidos pelos grupos (1)	28.926	22.035
Impostos e contribuições a compensar	22.462	81
Devedores por depósitos em garantia	12.273	15.004
Créditos tributários (Nota 24c)	9.985	7.936
Outros	747	308
Total	74.393	45.364

(1) Referem-se basicamente a custas pagas ao escritório de cobrança.

8) INVESTIMENTOS

	R\$ mil	
	30.6.2018	31.12.2017
- Certificadas de investimentos - CI	12	12
- Investimentos audiovisuais	300	300
Subtotal	312	312
- Provisões para incentivos fiscais	(311)	(311)
Total geral dos investimentos	1	1

9) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

Imóveis de uso:	R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação 30.6.2018	31.12.2017
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	1.493	(748)	745	773
Sistemas de segurança	10%	18	(16)	2	2
Sistemas de processamento de dados	20%	1.818	(1.467)	351	158
Total em 2018		3.329	(2.231)	1.098	
Total em 2017		3.089	(2.156)		933

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por software.

	R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização 30.6.2018	31.12.2017
Software	20%	69.278	(46.694)	22.584	25.569
Total em 2018		69.278	(46.694)	22.584	
Total em 2017		66.418	(40.849)		25.569

11) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- a) Ativos contingentes**
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
- b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.
- I - Processos trabalhistas**
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.
- II - Processos cíveis**
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.
- III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais**
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	977	5.050	43
Atualização monetária	74	306	-
Constituições líquidas de reversões e baixas	450	2.771	-
Pagamentos	-	(1.514)	-
Saldo em 30 de junho de 2018 (Nota 12b)	1.501	6.613	43

- (1) Compreende, substancialmente, obrigações legais. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.
- c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis**
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos respectivos processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	R\$ mil	
	30.6.2018	31.12.2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	189.007	287.513
Impostos e contribuições a recolher	36.778	19.141
Provisões impostos e contribuições diferidos	-	105
Total	225.785	306.759

b) Diversas

	R\$ mil	
	30.6.2018	31.12.2017
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	486.105	504.363
Recursos pendentes cobrança judicial	33.460	26.640
Provisões despesas administrativas	13.087	15.527
Provisões para contingências cíveis (Nota 11b)	6.613	5.050
Recursos pendentes de identificação	4.826	4.630
Provisões despesas de pessoal	4.253	3.093
Provisões para contingências trabalhistas (Nota 11b)	1.501	977
Outras provisões	1.203	1.548
Provisões para pagamento a efetuar	1.116	1.102
Provisões para contingências fiscais (Nota 11b)	743	43
Outras	40	763
Total	552.967	563.736

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social no montante de R\$ 2.995.574 mil (2017 - R\$ 2.995.574 mil) totalmente integralizado está dividido em 2.995.573.884 (2017 - 2.995.573.884) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	30.6.2018	31.12.2017
Reservas de lucros	3.155.306	2.542.764
- Reserva legal (1)	241.872	210.951
- Reserva estatutária (2)	2.913.434	2.331.813

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações contábeis. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.
- c) Dividendos e juros sobre o capital próprio**
Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres:

	R\$ mil	
	1º Semestre 2018	2º Semestre 2017
Lucro líquido	618.417	632.364
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(30.921)	(31.619)
Base de cálculo	587.496	600.745
Dividendos propostos	5.875	6.007
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%
Valor em reais por lote de mil cotas	1,96	2,01

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	1º Semestre 2018	2º Semestre 2017
Taxa de administração de grupos de consórcios	794.656	778.991
Taxa de participação (1)	107.472	109.828
Total	902.128	888.819

(1) Refere-se à taxa cobrada dos consorciados de grupos encerrados.

15) DESPESA DE PESSOAL

	R\$ mil	
	1º Semestre 2018	2º Semestre 2017
Proventos	8.155	8.028
Benefícios	5.808	6.007
Encargos sociais	2.489	2.550
Participação dos empregados nos lucros	1.697	975
Provisão trabalhista	524	146
Outras	598	323
Total	19.271	18.029

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	1º Semestre 2018	2º Semestre 2017
Serviços técnicos especializados	6.165	7.422
Depreciações e amortizações	5.921	5.770
Comunicações de dados	5.898	7.294
Processamentos de dados	2.417	2.858
Propaganda, promoções e publicidade	1.524	2.746
Viagens	827	891
Transportes	728	659
Material	304	360
Aluguéis	246	295
Manutenção e conservação de bens	126	141
Contribuições filantrópicas	-	846
Outras	1.065	8.862
Total	25.221	38.142

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	1º Semestre 2018	2º Semestre 2017
Contribuição ao COFINS	79.253	79.447
Impostos sobre serviços - ISS	29.541	15.580
Contribuição ao PIS	16.798	16.769
Outros	3	3
Total	125.995	111.799

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	1º Semestre 2018	2º Semestre 2017
Recuperação de despesas - taxas (1)	46.224	44.692
Reversão de provisão	3.665	3.817
Outras	2.419	2.831
Total	52.308	51.340

(1) Referem-se a taxas de cessão, transferências, substituição de bens, vistorias, gravames, cartorárias, Detran e avaliação de imóveis.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	1º Semestre 2018	2º Semestre 2017
Taxas de transferências e alienação de bens - Detran	12.786	11.643
Custas	4.863	5.256
Patrocínio	4.468	8.028
Gravames	3.757	3.422
Provisões cíveis	3.077	837
Vistoria	2.100	1.334
Judiciais	1.510	2.481
Perdas por fraude	1.483	5.620
Taxa de avaliação	1.387	1.884
Comissões sobre vendas	1.358	3.352
Ações de reconhecimento	334	1.486
Outras	640	2.926
Total	37.763	48.269

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	1º Semestre 2018	2º Semestre 2017
Descontos obtidos	125	276
Outras	7	17
Total	132	293

21) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS

As aplicações financeiras por cotas de consórcio em andamento e em formação) no valor de R\$ 7.369.415 mil (31.12.2017 - R\$ 6.917.006 mil) estão compostas basicamente por grupos de fundos (referenciadas DI). A taxa de administração paga pelos grupos ao administrador de carteiras de fundos de investimento - Banco Bradesco S.A., no 1º semestre de 2018 foi de R\$ 95.151 mil (2º semestre de 2017 - R\$ 90.974 mil).

22) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades acumuladas:

	R\$ mil	
	30.6.2018	31.12.2017
Grupos em andamento	3.489	



Bradesco
Consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores do

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2018 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2018 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a

não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 22 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3